

Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white sans-serif font on a blue rectangular background.

Identidade de gênero e gerenciamento humano [gender identity and human management]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository.
More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy
of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Mendes de Mello Bonini, Luci
Publisher	Espaço Ética Ltda.
Rights	Creative Commons Copyright (CC 2.5)
Download date	2026-09-23 14:56:10
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/233870

REVISTA
espaçoética

EDUCAÇÃO, GESTÃO E CONSUMO

SÃO PAULO, ANO I, N. 02, MAI./AGO. DE 2014

A large, stylized silhouette of a human head is centered on the cover. The head is composed of numerous interlocking gears of various sizes. The gears within the head are a vibrant red color, while the background of the entire cover is filled with a dense pattern of blue and grey gears. The overall effect is one of mechanical complexity and human cognition.

**O ser humano
é um capital que
pode ser gerido?**

Identidade de gênero e gerenciamento humano: a proteção social como um outro nome da biopolítica

Luci Mendes de Mello Bonini¹

Eduardo de Campos Garcia²



Partindo de experiências vividas de discriminação sexual no ambiente escolar os autores analisam as estratégias ideológicas que reforçam as identidades de gênero heterossexuais e que condenam a orientação afetiva homossexual. As políticas de proteção social que observam os direitos dos homossexuais se transformaram em estratégias de biopolítica que pretendem preservar a dignidade humana zelando pelo direito ao corpo e a vida.

1 Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP. Professora universitária. Coordenadora do Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas (NCSA) e do Mestrado em Políticas Públicas da Universidade de Mogi das Cruzes (UMC-SP) e líder do Grupp, Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas – CNPq. Site oficial: diversitas.com.br

2 Doutorando e mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Especialista em Libras pela FIJ-RJ e em Magistério do Ensino Superior pela PUC-SP. Graduado em Pedagogia pela Unig-RJ e em Letras pela UBC-MC/SP. Atualmente é diretor da Cia de Movimento e Expressão Teatalma, colunista da Revista Sentidos e professor pesquisador da Universidade Nove de Julho (Uninove-SP). Site oficial: www.eduardocg.net

1. Identidade e gênero

A cena a ser descrita retrata uma prática cotidiana que provavelmente se estende dos espaços escolares à educação familiar. Como apresentado, em síntese, por Campos-Garcia (2013): uma professora (gênero feminino – mulher), ao observar que certa criança brincava com dois bonecos (sendo os bonecos de gênero masculino/homem e submetendo-os a troca de carícias), a repreende dizendo que não é certo que meninos brinquem com bonecas e muito menos simular que dois bonecos-homens troquem beijos e abraços. Diante da ação da professora, a equipe gestora da escola decide que os pais devem ser notificados sobre o comportamento da criança que, inúmeras vezes, tende a representar em suas brincadeiras a homossexualidade.

Homossexualidade, neste caso, pode ser entendida como a representação do desacordo moral que se coloca evidente, contra o preferível modelo de comportamento identitário heterossexual. Modelo que se propaga constantemente como desejável por quase todos os aparelhos ideológicos do Estado. Entretanto, o que a criança colocava em prática em sua brinca-



deira com os dois bonecos era a sua identificação com os laços familiares vividos por ela com seus dois pais adotivos.

O relato acima, como síntese de um estudo, mostra a dureza com a qual a identidade de gênero é tratada em muitos momentos. As diferenças biológicas, fundamentalmente aquelas ligadas à função da reprodução, foram se sobrepondo às diferenças sociais e culturais que configurariam a diversidade humana. Diversidade, em muitas práticas cotidianas, passa a ser uma palavra perdida no dicionário e o gênero, robusto e arbitrário, uma categoria que está associada às relações histórica e socialmente constituídas, porém essencializadas. Não se pode esquecer que foram as mulheres, a partir do século XIX, principalmente no papel de operárias, que iniciaram a sua contribuição para a transformação social (COSTA, 2006; PISCITELLI; OLIVER, 2013).

A atitude da professora no exemplo anterior apresenta um claro exemplo do que Michel Foucault ([1979] 2008) pensa como governança. Para Piscitelli e Oliver (2013), são os estudos antropológicos deste autor que apontam a sexualidade como um mecanismo de gestão no Ocidente burguês. Para tanto, ele usa o conceito de governança para explicar uma ação que se desencadeia a partir do Estado e dos aparelhos ideológicos que ele constrói para a docilização dos corpos – entre esses estão a família e a escola, como se viu na reação da professora.

Segundo Foucault (2008), o Estado só exerce poder porque o ato de governar funciona como uma teia cuja ação torna a maioria dos sujeitos reprodutores da intenção do próprio Estado. Eis aí um indício da função biopolítica das identidades, ou seja, o mecanismo de poder do Estado é o gerenciamento da conduta humana. Exercendo o papel que lhes cabe estão as identidades culturalmente constituídas: criança, adolescente, adulto,

homem, mulher, ser humano e ser animal, surdo, ouvinte e toda forma de orientação sexual. Cada qual com sua função política e econômica, segundo o juízo que cabe, segue se reafirmando como “idêntico” sem, muitas vezes se dar conta da simbologia que o envolve.

O ser humano entranhado “da moral do Estado” no território das identidades sucumbe, como explica Tiburi (2011a), ontologicamente a um modo de ser. Mais que uma escolha de vida ou autoconhecimento, as identidades são produzidas biopoliticamente em escala industrial, ditam um juízo e produzem a moral necessária para o comportamento considerado como certo ou errado. A indústria cultural age na mesma proporção do Estado, pois regula o consumo de bens e serviços que vão lentamente, com seu poder de persuasão do universo simbólico de que se utiliza, colocando em evidência o modelo de vida a ser consumido sob a forma de identidade, sempre em escala industrial, moldando saberes e sabores para alimentar o sistema econômico, sem se preocupar com a construção de cada identidade, sem se respeitarem as idiossincrasias.

As identidades, como explica Bauman ([2204] 2005), se fundamentam na reprodução do idêntico e estão na raiz do que se pode considerar comunidade, as quais se tornam fundidas unicamente por ideias ou por uma variedade de princípios. Quem nega o comum a “todos”, quem se autodeclara socialmente como não idêntico, como analisa Bauman (2005), vive a experiência de ser um deslocado, termo que, na concepção do autor, é adequado para exemplificar o que é ser o outro na sociedade, a diferença e a representação da diversidade humana. Isso parece ir ao encontro do que pensa Foucault ([1966] 2007), que o limite do saber está na transparência perfeita das representações dos signos que as ordenam; toda identidade é um signo, e como ele apenas representa aquilo que representa, semiótica-

mente falando, ele falseia a realidade, pois é mera mediação. Entre signos e proposições, o deslocado possivelmente é, na ordem simbólica, aquele que não se encaixa no padrão estipulado pelas normatividades arbitrárias nem nos discursos da biopolítica.

Assim, o gênero homem-mulher veio sendo talhado desde as religiões patriarcais dos sumerianos, do judaísmo; este se estendeu ao cristianismo, e a seguir, aos muçulmanos, e foi endossado pela indústria cultural para estipular o juízo moral a ser subjetivado pelos corpos dotados de pênis e vagina. Sob a carcaça do que foi significado ser homem ou mulher nas sociedades patriarcais, o corpo sofre a biopolítica do gênero que o gerencia.

Como bem lembra Tiburi (2011b), o corpo é o material transcendental, aquilo que somos como matéria e símbolo, objeto da estética e da biopolítica. Por meio dessa concepção, pode-se entender que o corpo acaba na sociedade, sendo marcado pela biopolítica que define os seus papéis, sejam estes sexuais, na ordem do trabalho, e em toda a sua dimensão cosmética e estética. Há uma clara relação – proveniente das “interpretações biológicas” (SILVA, 2009) – entre o pênis, o masculino, o homem, a brutalidade, a razão e o falo reprodutor ativo tanto quanto entre a vagina, o feminino, a mulher, a delicadeza, a emoção, a virgindade e a vagina como lócus receptor da maternidade. O gênero não somente identifica o sexo biológico, mas também define como cada corpo biologicamente marcado deve ser tratado em seu processo de educação: meninos brincam de carrinho e jogam futebol e meninas brincam de bonecas e jogam queimada. Os corpos de homens e mulheres sucumbem ao modo de ser dos gêneros masculino e feminino e estes sucumbem a determinadas formas de comportamento, sejam essas sexuais, cosméticas, estéticas ou de produção econômica.

O conflito brota de algumas vidas “cheias” de subjetividade, sendo ela a marca do deslocamento humano causado pela filosofia que, exausta de proibições, como a define Foucault (2011), se põe a interrogar os papéis predefinidos como verdadeiro e falso. No território das identidades, não ter consciência do que se deve ser parece ser um meio de escapar dos gerenciamentos biopolíticos. A contraconsciência, como Tiburi (2013) chamou este escapismo, é hoje um dispositivo que desestabiliza as identidades de gênero porque reivindica o questionamento do certo e do falso sobre o sexo e sobre o corpo. O que foi industrialmente produzido como correto para gerenciamento do humano é uma redução da subjetividade a modos de ser criada no século XIX.

Foucault, em seus textos sobre *A história da sexualidade* I ([1976] 2009a), II ([1984] 2009b) e III ([1984] 2009c), explica que o sexo, quando ensinado como meio de reprodução da família e conduzido a quatro paredes, sendo autorizado socialmente a ser vivido pelo homem com a sua mulher, traz em seu desempenho todo ideal do sexo procriador a ser encarnado pelo homem e pela mulher. O pênis e a vagina passam a ser definidos como dispositivos de posse pelo qual o macho procriador e soberano se torna possuidor de sua fêmea pela identidade heteronormativa que por eles foi subjetivada e, por extensão, toda a relação familiar se desenvolve (ou se desenvolveu até pouco tempo nos grandes centros urbanos) a partir dessa relação de poder. O sexo passa a ser entendido, e simplificado, como um ato de posse de onde brotam as nomeações heteronormativas que definem nas relações heterossexuais e homossexuais os papéis de ativo e passivo. O sexo se torna, em sua simbologia, uma obrigação familiar mecânica que define o poder e controla o desejo.

A mecanização do sexo que se define a partir da identidade de gênero exclui qualquer possibilidade de experiência contrária. Quando vividas, as experiências contrárias, tais como homossexualidade, bissexualidade, transexualidade, transgeneralidade ou a não sexualidade (como o celibato), são questionadas pelo viés moral porque contrariam uma regra de governança do Estado. Algumas pessoas, por exemplo, como cegos, surdos, Down, cadeirantes, são pensadas como seres humanos assexuados, dos quais dificilmente se discute o gênero ou a sexualidade vivida em seu gênero.

Quando se discutem homossexualidade e bissexualidade, sejam elas vividas pelo homem ou pela mulher, uma pessoa Down é concebida como alguém que possa viver essas possibilidades? O gênero é monocromático. Eis o motivo pelo qual a diversidade sexual e as inversões de papéis são delicadamente discutidas e socialmente rejeitadas por um grande número de pessoas. Em pleno século XXI, a contemporaneidade assiste a um insistente debate sobre o certo e o errado quando o assunto são as identidades de gênero e seus papéis sexuais. Mas eles existem?

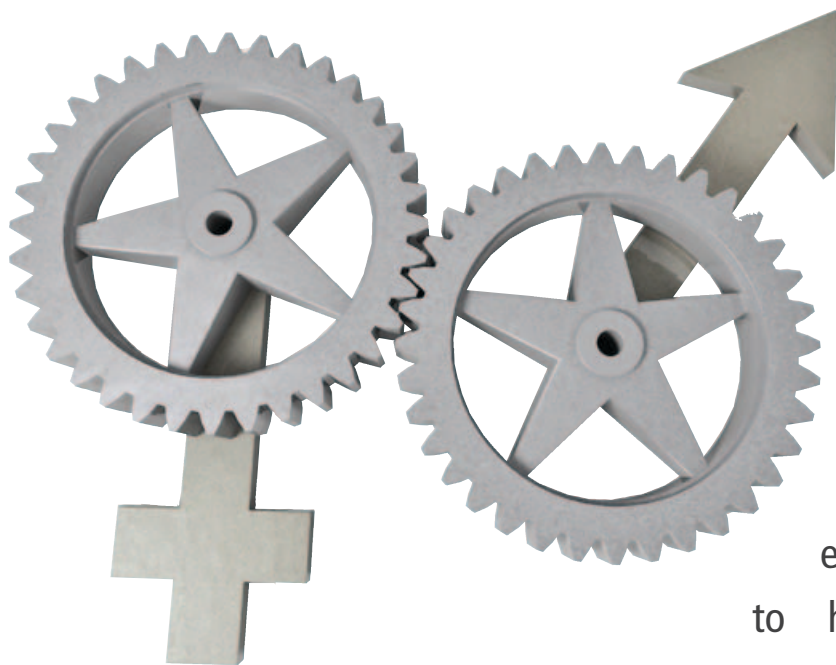
Neste cenário, homens e mulheres heterossexuais definem o juízo necessário para a manutenção da moral e do gerenciamento dos prazeres do ser humano. No território da heterossexualidade, o homem heterossexual ainda enuncia certa vantagem sobre a mulher, que tem seu papel muitas vezes definido pelo discurso gerenciador do homem/macho. A prática do gerenciamento do corpo da mulher, embora envelhecida, permanece.

No início da revolução industrial, a mulher que se opusesse ao seu homem podia ser prescrita pela psiquiatria como “histérica” (FOUCAULT, [1974] 2006). Não obstante, homens que se autodeclaram homossexuais ou bissexuais são prescritos como imorais, se não pela psiquiatria, mas pelo legado clínico registrado por ela, que fez circular sobre boa parte dos

séculos XIX e XX o conceito de distúrbio moral e de caráter. Fora do regimento gerencial da masculinidade heterossexual, e toda a sua coerção, a contraconsciência da submissão ou a contraconsciência que se coloca contra a heteronormatividade são postas em cena como possíveis “variações da anormalidade” (CANGUILHEM, [1943] 2009). Quem nasce sob a custódia do gênero masculino é homem e deve orientar seus desejos a alguém do sexo oposto; isso era, e ainda é, uma construção simbólica, hierárquica e econômica que dita o que é normal. O normal, vale lembrar, é uma construção simbólica, nem sempre vivida pela maioria, mas definida pela maioria que detém o poder (CANGUILHEM, 2009).

O esquema é simples; o próprio Foucault ([1975] 2001) deu conta de explicar o que é ser um normal/anormal. Segundo sua análise, o anormal é o monstro porque interroga tanto o sistema médico quanto o sistema judiciário. O monstro, como o pensa Foucault (2001), será todo aquele que contrariar as normatizações e se colocar, moral ou fisicamente, contra as leis estéticas da natureza ou as normatividades judiciais, é aquele que

atrapalha o esquema da ordem. Prova disso é a proibição da existência do hermafrodita, que se fosse permitida desestabilizaria todo o gerenciamento da identidade humana e seus derivados: a função biológica do pênis e da vagina, o comportamento heterossexual/homossexual/



bissexual, a estética e a cosmética coexistentes no masculino e feminino. Tal singularidade não seria de fácil administração porque poria em dúvida a certeza do certo e do errado. A enunciação do macho e da fêmea estaria na ordem da ironia e se tornaria frágil.

Entretanto, está nas construções identitárias o alicerce do gênero masculino e feminino. Seu governo e gerenciamento é que possibilita a “verdade” do comportamento e a inscrição da moral no homem e na mulher. O juízo do que é permitido fazer e ser quando se é macho/homem ou fêmea/mulher é disposto e ensinado por ações cotidianas controladas pelo biopoder e seus dispositivos.

Para entender biopoder, Tiburi (2011b) o define como uma força que de fora do corpo age sobre ele, eviscerando-lhe a autonomia própria e constitutiva em um gesto sempre simbólico ou fisicamente violento. Evisceração, por sua vez, pode ser pensado como “processos de desumanização”, nos quais a violência simbólica faz de seus sujeitos objetos a serem gerenciados. Retomo como exemplo a coerção exercida pela escola à criança que reproduzia sua vivência familiar ao brincar com os dois bonecos de gênero masculino. Não houve no ato da violência, por parte da escola, xingamentos ou certa repressão diretamente física. O que houve foi a propagação, como mostrado no início deste texto, do heterossexismo e das verdades impregnadas na identidade de gênero do masculino. As possibilidades de relacionamento, a definição dos papéis e a identidade reafirmada pela proibição do afeto livre no ato de brincar colocam em cena a violência simbólica como um dos principais dispositivos do gerenciamento humano.

Como fala Agamben (2009), o dispositivo nomeia aquilo em que e por meio do qual se realiza uma pura atividade de governo sem nenhum fundamento no ser. A política é dura, legalista e desumanizadora em muitos

aspectos. Seu quadro normatizador criado pelas estratégias de governo faz existir o gênero homem/mulher como identidades cujos comportamentos estão “microfisicamente” (FOUCAULT, 1979) preestabelecidos. Logo, identidade e gênero podem ser entendidos como dispositivos para o gerenciamento do ser humano. Nesse esquema, é possível questionar se o ser humano pode ser gerenciado pelo Estado? É possível escapar da frieza normativa? Há possibilidade de humanização em uma estrutura aparentemente fria e mecanizada? O que muda, ou não, quando se diz que algo muda ou quando se desejam mudanças? Há outro papel para o monstro além do de “deslocado”?

2. Humanização, proteção social e biopolítica

O biopoder age sobre uma coletividade. Seu caráter de ubiquidade transformou as esferas de governo atuais, dando origem à biopolítica que está nos discursos de proteção à vida, da regulação do corpo em todas as suas dimensões: trabalho, saúde, educação, alimentação, sexualidade, moradia, nos costumes etc.

A proteção à vida está explícita no rol dos direitos humanos, que se desdobraram em organismos multilaterais, convenções e tratados internacionais, e o esforço de cada país em estabelecer essa proteção em seu sistema normativo.

Assim surgiu o Estado de Proteção Social, cuja função é enfrentar a pobreza, a desigualdade e o desemprego. Sua natureza socialdemocrata, nascida no seio dos partidos políticos de base operária, conseguiu fazer reformas nunca antes vistas na humanidade (POCHMANN, 2004). A proteção social era a proteção à vida, o que faz acreditar que ela se encaixa no conceito de biopolítica de Foucault (2008).

A proteção social no Brasil ganhou força depois da promulgação da Constituição Federal de 1988, chamada por Ulysses Guimarães [1916-1992] de constituição cidadã, porque consagrada após as décadas de ditadura militar, transformou em palavras de ordem: igualdade, isonomia, cidadania e dignidade. Em seu artigo primeiro, ela expressa no inciso III a dignidade humana como um dos fundamentos da república.

Assim, iniciou-se uma intensa força-tarefa no país para que humanização fosse uma nova forma de gestão que buscava valorizar as diferenças entre as pessoas, e não igualar a todos numa única forma de tratamento, mas sim, como um processo que estabelece vínculos solidários e aumentando o grau de responsabilidade de todos os atores envolvidos, sempre com o foco na melhoria da qualidade de vida, com o objetivo de proteger a dignidade humana.

Advinda da capilarização dos direitos humanos, a humanização se encontra em inúmeros discursos estatais, na indústria cultural, no marketing da responsabilidade social de grandes empresas, nas ações de organismos filantrópicos. Ela é responsável pelo conceito de que cada ser humano precisa ser visto como ser que sofre, sonha, ama e é amado, indiferentemente de gênero, idade ou posição social, e deu origem a uma nova forma de gestão: a humanização. A humanização guarda dentro de si a tolerância, a empatia, a solidariedade, o comprometimento por um mundo melhor, mas como equilibrar este ponto de vista com o panorama neoliberal que impera ao redor dos cidadãos e que impõe ao Estado sanções de todos os tipos?

O ideal dos direitos humanos, como já se viu anteriormente, parece ter surgido da luta dos operários no seio da Revolução Industrial, e dentro dessa luta as operárias se destacaram para conseguir os mesmos direitos

dos homens, não com muito sucesso. Foi necessário que o mundo passasse pelos horrores dos conflitos mundiais para que a Carta das Nações Unidas apregoasse a dignidade como fundamento da espécie humana. No dizer de Habermas (2010), entre o conceito de dignidade humana e sua materialização nas normas vigentes, há uma lacuna simbólica que em vão se tenta preencher.

O conceito de dignidade humana, tal como o compreendemos hoje, foi estabelecido por Kant [1724-1804], que afirmava que a dignidade humana não tem valor material, apenas moral. A dignidade humana tem um caráter amorfo, o que indica que ainda estamos nos estágios iniciais do processo de elaboração do seu significado. Não há um conceito pragmático de dignidade humana porque nós ainda discordamos de quais direitos são direitos humanos pela própria desigualdade do mundo moderno, que apresenta ritmos desiguais em seus diferentes processos de desenvolvimento sociopolítico, cultural e econômico nos diferentes continentes, mesmo tendo concordado que os humanos tiveram a mesma origem biológica, que não há raças diferentes e que é necessário lutar pela igualdade, conceitos universalizantes ainda desafiam a contemporaneidade (WALDRON, 2013).

Numa síntese apertada pode-se depreender que: a dignidade humana como princípio é fundamento dos direitos humanos, que por sua vez homologa os sistemas normativos dos países signatários, que por sua vez, para dar conta de todas as demandas de proteção à vida, instauram a biopolítica que foi batizada de proteção social, que, numa cachoeira de políticas públicas, vai criando demandas, discursos e nichos populacionais pautados na proteção à vida, na gestão mais humanitária e na dignidade humana.



Assim, a vitória da classe operária que pressionou os governos a fundar a biopolítica proporcionou que outras classes deixassem o silêncio e a opressão em que viviam. Ela pode ser vista nas pressões feministas de direito ao voto, na equiparação salarial com os homens, nas políticas para proteção e eliminação da violência contra elas, nos direitos reprodutivos reconhecidos como direitos humanos.

A biopolítica, ou a proteção social, é a base do discurso de que o Estado pode curar, a dignidade humana é o seu vocabulário e a humanização, a base da gestão que se reflete nos nomes dos programas: Brasil Carinhoso, Minha Casa Minha Vida, Bolsa Família.

Este último revela uma forma de poder eternizada pelos poderes religiosos e estatais desde muito tempo. Mesmo com a diversidade e complexidade das famílias no mundo contemporâneo e no país, a família sempre esteve sob o jugo do controle social. Para Hertrich e Locoh (2004, p. 102): “A formação dos casais sempre esteve sob estreito controle social [...]”. Muitos pactos sexuais entre casais heterossexuais foram protegidos

pelo instituto da união estável que garantiu os direitos à mulher e à prole; também as relações homoafetivas foram reconhecidas como família; esse mecanismo visível de proteção familiar é uma manifestação coletiva de controle, que Foucault chama de biopolítica.

Considerações finais

Volta-se ao ponto de partida: as construções identitárias se aceleram no processo histórico em que vivemos. A questão de gênero ganhou força nas últimas décadas do século XX e moveu outros bolsões negados.

O monstro, o deslocado foi sendo inserido nos discursos da biopolítica na medida em que pressionava e demonstrava que não seria silenciado. O Estado, então, cria mecanismos de inseri-lo, integrá-lo, criando políticas públicas de proteção social, sempre amparadas pela gestão humanizada.

O reconhecimento da dignidade humana na questão de gênero teve como elemento detonador o fato de as pessoas que reivindicam suas identidades fazerem parte do sistema produtivo, demonstrarem que participam do crescimento e do desenvolvimento e, por isso, inteligentemente a proteção social as encaixa, numa progressão histórica, como sujeitos de direitos. A biopolítica, como expressada pelo pensamento de Foucault, vem tratando progressivamente os eixos produtores das desigualdades, que, segundo Costa (2006), são: a falta de autonomia pessoal e econômica, seguido da falta de autonomia sobre o próprio corpo, o racismo, o preconceito, a desigualdade na divisão do trabalho, o silêncio e a invisibilidade do diferente. De qualquer modo, para o bem ou para o mal, somos gerenciados? A resposta deve vir da reflexão de cada um e do conjunto que por cada qual foi subjetivado.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, GIORGIO. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Trad. Vinicius Nicastro Honesko. 1. ed. Chapecó: Argos, 2009.

BAUMAN, ZYGMUNT. *Identidade*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CAMPOS-GARCIA, EDUARDO DE. Orientação sexual e identidade de gênero na escola: um saber institucionalizado. In: SALA, ELIANA; ACIEM, TÂNIA MEDEIROS (Org.). *Educação inclusiva: aspectos políticos, sociais e práticos*. Jundiaí: Paco, 2013.

CANGUILHEM, GEORGES. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

COSTA, DELAINE MARTINS. *Gênero e raça no orçamento municipal*. Um guia para fazer a diferença. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Municipal (Ibam), 2006, v. 1

FOUCAULT, MICHEL. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *Os anormais*. Trad. Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. *O poder psiquiátrico*. Trad. Eduardo Brandão. 1. ed. São Paulo: Graal, 2006.

_____. *As palavras e as coisas*. Trad. Salma Tannus Muchail. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *Nascimento da biopolítica*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 19. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009a.

_____. *História da sexualidade 2: uso dos prazeres*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009b.

_____. *História da sexualidade 3: o cuidado de si*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009c.

_____. *A hermenêutica do sujeito*. Trad. Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

HABERMAS, JURGEN. The concept of human dignity and the realistic utopia of human rights. *Metaphilosophy*, Oxford, v. 41, n. 4, jul. 2010.

HERTRICH, VÉRONIQUE; LOCOH, THÉRÈSE. Relações de gênero, formação e dissolução das uniões nos países em desenvolvimento. In: PINNELI, Antonella (Org.). *Gênero nos estudos de população*. Campinas: Abep, 2004. (Demographicas, v. 2.)

PISCITELLI, Adriana; OLIVER, JOSÉ MIGUEL NIETO. Debate alteridade, gênero, sexualidade, afeto. *Cadernos Pagu*, n. 41, jul./dez. 2013.

POCHMANN, MARCIO. Proteção social na periferia do capitalismo – considerações sobre o Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, v. 18, n. 2, 2004.

SILVA, TOMAZ TADEU DA. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9. Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

TIBURI, MARCIA. O cheiro do espírito adolescente: da revolução à conservação – a estética do fingimento. In: TIBURI, MARCIA. *Filosofia pop: Poder e biopoder*. São Paulo: Bregantini, 2011a.

_____. O corpo entre a estética e a biopolítica. In: TIBURI, MARCIA. *Filosofia pop: Poder e biopoder*. São Paulo: Bregantini, 2011b.

_____. *Anotações de aula: dia 22 de agosto de 2013*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2013.

WALDRON, JEREMY. Is dignity the foundation of human rights? *Public Law & Legal Theory research series*. Working Paper n. 12-73. School of Law, New York University. Nova York, jan. 2013.

Imagens: www.freeimages.com e www.rgbstock.com